

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

*Economia*  
Brasil

## Último Aviso

O fraco movimento do comércio no Dia da Criança foi o último aviso de que o governo não estava mesmo para brincadeira, e que iria intensificar o rigor da política monetária para desaquecer a economia e derrubar a inflação no último trimestre. Os empresários que estão sucumbindo à falência ou recorrendo à concordata podem alegar tudo, menos a surpresa pela súbita queda das vendas e a escalada dos juros.

Lembra a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que os empresários foram avisados em 15 de março da intenção do governo de baixar a inflação para 1% ou 2% ao mês, recorrendo para isso a uma rígida política fiscal e monetária. Em fins de maio, encerradas as conversões de cruzados novos em cruzeiros, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, advertiu que a política monetária teria "mão única" até o final do ano, retirando dinheiro do mercado para o Banco Central.

Mas a inflação, ao contrário do que prevê a cartilha monetarista, não cedeu. Desde junho, os diversos indicadores de preços oscilam entre 12% e 13% ao mês. A alta do preço do petróleo pela OPEP, em fins de julho, e a crise posterior desencadeada com a invasão do Kuwait pelo Iraque atuaram como inesperados inimigos externos do governo na luta contra os agentes econômicos que mantêm a indexação formal dos preços de seus produtos e serviços pela inflação passada. Muitos deles, saudosos da cultura inflacionária, apostaram na volta da inflação.

Ao governo, restou intensificar o aperto monetário e fiscal. Analistas econômicos e dirigentes do Banco Central alertaram, em agosto, para a contração da oferta monetária em setembro, diante da intenção do governo de fechar o ano com a inflação mensal abaixo de um dígitos. Como em setembro dá-se o pico das encomendas do comércio à indústria, o momento era crucial para quebrar as expectativas inflacionárias.

O cenário estava todo desenhado para um final de ano duríssimo para o comércio. Mas outro elemento complicador entrou em cena para dar cores ainda mais sombrias: a recessão que atingiu a economia americana e desaqueceu os negócios na

Europa e no Japão, devido à alta do petróleo, derrubou as cotações das principais *commodities* exportadas pelo Brasil (suco de laranja, café, cacau, açúcar e soja).

Por tudo isso, não se pode atribuir as precipitações de pedidos de falência e concordatas exclusivamente à política recessiva aplicada pelo governo. Na área do comércio exterior têm mais a ver com a queda das cotações internacionais e erros operacionais. Outros casos que vieram à tona na área comercial e industrial refletem problemas que dormitavam em sarcófagos, escamoteados pela cultura inflacionária.

Nos Estados Unidos, metade do valor da produção das empresas é financiado com capital próprio; no Brasil, apenas 15%. Por isso, o rigor da política econômica abala, antes de tudo, velhos sócios da inflação. Mas deixa igualmente vulnerável uma grande parte das empresas brasileiras que não cuidou de se capitalizar, buscando ampliar a base acionária com a participação dos empregados nos lucros.

Os empresários se acostumaram a privatizar lucros e socializar prejuízos, capitalizando suas empresas com os subsídios e benefícios bancados pelo Estado. Esse modelo concentrou a renda, estreitou o mercado interno com o achatamento da fatia dos salários na renda nacional, gerou a hiperinflação e faliu o Estado. A extrema dependência do capital financeiro era encarada pelos empresários como um trunfo: o governo sempre evitaria o rigor monetário para evitar uma onda de quebra-deira.

Com a legitimidade dos 35 milhões de votos com que foi eleito, o governo está fazendo as reformas estruturais há muito exigidas pela sociedade brasileira. O ajustamento é doloroso. Os empresários poderiam colaborar melhor, para aliviar os sacrifícios de todos, se lutassesem primeiro pela redução dos custos e das altíssimas margens de lucros para baixar os preços de seus produtos e seguir o mercado consumidor, antes de sonhar com a possibilidade de o governo afrouxar os controles monetários, para evitar o agravamento dos problemas sociais inerentes aos programas de ajustamento.